



BRASIL URGENTE



DEMOCRACIA

*Estado
Forças Armadas
Poder Judiciário
Corrupção
Comunicação social
Política externa
Participação popular*

LULA PRESIDENTE

DEMOCRATIZAR O BRASIL

Na luta contra as injustiças e a miséria, aprendi que sem democracia não chegaremos a uma sociedade nova e solidária.

Despertei para a vida política nos anos 70, quando a ditadura impunha ao país, pela força, um modelo econômico que excluía a classe trabalhadora do acesso à riqueza criada com nosso suor. A luta sindical estava proibida pela repressão e por uma legislação que atrelava nossas entidades ao governo. Não havia direito de greve, nem liberdade de manifestação.

Começamos a dizer não ao arrocho salarial e à política econômica do governo. Fomos assegurando na prática os nossos direitos, principalmente o direito de greve, de reunião e de manifestação.

Os senhores da classe dominante brasileira, associados à ditadura militar, pretendiam que os trabalhadores lutassem tão-somente por melhores salários. Mas nossa experiência sindical já havia mostrado que a ditadura militar e a inexistência de democracia representavam fortes barreiras contra a mudança daquele modelo econômico. Passamos, então, a concretizar o sonho de construir um Partido dos Trabalhadores para intervir nas decisões políticas e realizar transformações econômicas e sociais em nosso país.

Fomos aprendendo que não haverá mudanças reais nem democracia no Brasil sem participação do povo e luta social.

Eleito para o Congresso Constituinte, em 1986, enfrentei com a bancada do PT e os partidos de esquerda as dificuldades que todos acompanharam daquela luta para garantir ao Brasil uma Constituição democrática e popular.

Conquistamos eleições diretas, mas a tutela militar permanece. Avançamos no campo dos direitos sociais, mas ficaram intocados o latifúndio e a concentração de riquezas. Garantimos a liberdade de imprensa, mas ficou o monopólio dos meios de comunicação. Consolidamos liberdades políticas, mas a ditadura do poder econômico continua.

As atividades na direção do PT e a atuação no parlamento fizeram ampliar meus horizontes. Sem deixar de ser um operário metalúrgico, passei a visualizar melhor o amplo leque de interesses setoriais em choque na sociedade brasileira, tal qual ela está edificada hoje.

Mas as nossas idéias fundamentais foram confirmadas nesse aprendizado novo. Desde aqueles tempos de dirigente metalúrgico, até hoje, como candidato a presidente da República, todas as nossas experiências de luta só fizeram reafirmar a importância vital de introduzirmos neste país algumas mudanças básicas.

No primeiro fascículo desta série expusemos algumas delas: a necessidade de um choque de salários, um choque de distribuição de renda e um choque de dignidade no tratamento da questão da dívida externa. No seguinte, mostramos argumentos irrefutáveis a favor da democratização da propriedade da terra neste país e da necessidade de um novo modelo agrícola, que garanta uma produção abundante de alimentos, sem agredir o meio ambiente.

Neste, estamos apresentando um diagnóstico sobre as moléstias do organismo político brasileiro e as diretrizes de um programa para combater o autoritarismo, garantir a soberania do poder civil, extirpar a corrupção, recuperar o judiciário,

desmontar o monopólio no campo das comunicações de massa e redefinir nossa política externa.

Todas as nossas propostas podem ser resumidas numa só palavra: democracia. Democracia sem adjetivos, sem condicionantes, sem segundas intenções. Democracia, baseada na mais ampla participação da sociedade e no mais rigoroso controle das bases populares sobre o aparelho de Estado.

Para os privilegiados, para a minoria dominante em nosso país, a democracia não interessa. O que interessa a eles é utilizar esse conceito como mero instrumento de defesa dos privilégios.

Para a classe trabalhadora, para o povo, a democracia é um objetivo central. É um pré-requisito para a conquista de uma sociedade justa, equilibrada e solidária.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

LONGA HISTÓRIA DE UM VÍCIO

No Brasil, todos são iguais perante a lei, como afirmaram, quase sempre nossas Constituições. Só que, parece, existem alguns indivíduos que são "mais iguais" do que os outros...

As prisões estão repletas de dezenas de milhares de pessoas. Na sua quase totalidade, são filhos de trabalhadores. Em grande parte, foram menores abandonados. Uma proporção elevada é de negros, muito maior do que a existente na sociedade brasileira.

No entanto, é difícil encontrar numa prisão alguém condenado pelos "crimes de colarinho branco" ou por corrupção na máquina estatal.

Quarenta milhões de brasileiros se encontram em estado de miséria absoluta, sofrem inúmeras doenças e não dispõem de atendimento médico digno.

Esses mesmos brasileiros, e muitos outros, moram em favelas, sem água corrente ou esgoto, muitas vezes sem energia elétrica, e suportam, todos os dias, um transporte de péssima qualidade para chegar ao trabalho. Quando conseguem trabalho.

Esses brasileiros, finalmente, não têm qualquer acesso à cultura e ao lazer e sofrem um processo de brutalização onde mais de 30 milhões nem mesmo podem ler.

Como se vê, *no Brasil há pessoas que são mais iguais que as outras.*

O Estado brasileiro não tem corrigido essas distorções sociais. Ao contrário, sempre atuou, durante o período colonial, os 167 anos de Independência e 100 anos de República, como um reprodutor dessas desigualdades.

A EXCLUSÃO VEM DE LONGE

A independência do Brasil não foi o resultado de um amplo movimento da sociedade, como ocorreu em outros países da América.

Em nossa história ocorreram movimentos que buscaram romper com a dominação colonial e construir um Estado nacional livre e soberano. Mas foram derrotados e a independência terminou sendo uma negociação da coroa portuguesa com as elites da colônia.

A primeira Constituição do Brasil não foi elaborada pelos representantes do povo, mas ditada pelo Imperador, Dom Pedro I. Foi o primeiro Ato Institucional de nossa história.

O sistema político no século XIX era extremamente fechado: o parlamento eleito por uma pequena minoria de proprietários e os dois partidos existentes – o Liberal e o Conservador – um a cara do outro.

O Estado se consolidou reprimindo movimentos democráticos surgidos no país, o que deu, desde cedo, um peso muito grande aos militares na vida política. Eles se apresentaram como "pacificadores" e "construtores" da unidade nacional.

A monarquia se apoiou no trabalho escravo, retardando ao máximo a abolição. Tanto a "Lei Áurea" como parte do movimento abolicionista foram respostas das

elites à rebeldia crescente dos escravos e dos setores democráticos da sociedade, que defendiam transformações mais amplas.

Os de cima queriam simplesmente substituir os negros por imigrantes que seriam submetidos a um regime de exploração muito semelhante ao dos escravos. O Brasil virou "o país para onde não se deve imigrar", conforme o título de um livro escrito por um trabalhador italiano, denunciando os horrores da condição operária em nossa terra, já naqueles tempos.

O GOLPE DA REPÚBLICA

A proclamação da República foi um movimento controlado pelas elites e apressado por um golpe militar. Os livros registram que o povo assistiu, bestializado, os acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889. Mais uma vez, as mudanças ocorridas no Estado deixavam de lado os setores populares.

Embora representasse um avanço em relação à monarquia, a República manteve no poder as mesmas elites do Império. Muitos dos primeiros presidentes e ministros haviam sido personagens do regime deposto. No poder, prosseguiram garantindo os interesses dos grandes fazendeiros e dos setores ligados à importação e exportação.

O Estado republicano, desde seu início, tratou com mão de ferro os trabalhadores, negros ou migrantes.

Como disse um político de então, "a questão social é um caso de polícia".

A Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, e a Guerra de Canudos, no sertão da Bahia, foram dois exemplos das reações populares à nascente República das elites. Essa resistência prosseguiu com as greves operárias de 1917 e 1918. As contradições do sistema político provocaram movimentos armados na década de 20.

Mais uma vez, as classes dominantes se antecipam a uma possível ação dos de baixo. "Façamos a revolução antes que o povo a faça", aconselhava o governador de Minas, às vésperas de 1930.

A falsa revolução foi concretizada nesse ano e o primeiro ato de Getúlio Vargas, no poder, foi a criação do Ministério do Trabalho. O ministro indicado, Lindolfo Collor, avô de um candidato a presidente, lançou logo de cara uma guerra aos sindicatos de trabalhadores, acabando com sua autonomia e decretando sua transformação em organismos de colaboração com o Estado.

DO ESTADO NOVO AO POPULISMO

As promessas de democratização, feitas pelos vencedores de 1930, não duraram muito.

É verdade que, em 1934, tivemos uma Constituinte eleita de forma mais democrática que nos pleitos anteriores. As mulheres votaram pela primeira vez e uma deputada foi eleita. Mas os analfabetos não puderam participar e os tais "deputados classistas" lá estavam para garantir a eleição indireta de Getúlio para presidente.

A Constituição de 34 teve vida curta. Em novembro de 1937, Vargas dirige um Golpe de Estado, apoiado nas Forças Armadas, e implanta o Estado Novo, inspirado no fascismo europeu.

O Congresso é fechado, os partidos proibidos, instauram-se tribunais de exceção e a tortura toma conta dos presídios políticos. Arma-se uma imensa máquina de propaganda e censura. Aprofunda-se o processo de atrelamento dos sindicatos ao Estado. A luta de classes é abolida por decreto...

Em 1944 esse Estado Novo entra em crise. O nazi-fascismo está sendo derrotado no mundo. A oposição burguesa alia-se às Forças Armadas, que haviam apoiado Getúlio até então, e o derrubam. Acontecem eleições presidenciais e para escolher deputados constituintes, num clima de relativa liberdade.

O Partido Comunista, que só vivera uns poucos meses de legalidade desde sua fundação em 1922, é autorizado.

Mas os limites impostos nessa transição ficaram evidentes muito cedo. Enquanto se elabora a nova Constituição, segue em vigor a Carta fascistóide baixada em 1937. A CLT impede a liberdade sindical e Dutra reprime a onda de greves que se desencadeia a partir de 1945.

A Constituição sai mais liberal do que as anteriores, mas não introduz medidas efetivas de democratização da sociedade. A reforma agrária é impedida, a liberdade sindical coibida, a propriedade privada consagrada como bem superior.

O regime exhibe uma fachada democrática, sem esconder sua substância conservadora e autoritária. O PC é cassado e as greves reprimidas com violência. A fragilidade das instituições criadas a partir de 1946 é responsável por lutas incessantes no interior do aparelho de Estado, crescendo a cada dia o peso das Forças Armadas na tutela da vida política.

Muitas vezes, esse período que vai do pós-guerra a 1964 é apontado como de amplas liberdades, mas estas chegavam apenas em minúsculas gotas aos trabalhadores.

A DITADURA DOS GENERAIS

Durante o regime militar, particularmente com os Atos Institucionais número 1 (1964), número 2 (1965) e número 5 (1968), ocorre um aprofundamento inédito no autoritarismo do Estado e de todo o sistema político brasileiro.

Os partidos políticos são dissolvidos, impondo-se a criação da ARENA e do MDB. O parlamento perde quase todas as suas atribuições. A União retira toda a autonomia dos estados e municípios.

Constitui-se uma gigantesca burocracia na área econômica, que advoga os interesses dos grandes grupos nacionais e internacionais. O Estado e as empresas estatais são amplamente invadidos pelos interesses privados, em prejuízo da coletividade.

O Estado, hiper-centralizado, com as Forças Armadas ostensivamente ditando todas as regras, volta-se contra a sociedade, que é agredida pela repressão numa escala sem precedentes.

Acabam as eleições diretas para presidente, governador, prefeito das capitais e municípios considerados estratégicos. A imprensa é posta sob censura. O *habeas-corpus* é suspenso. Parlamentares têm seu mandato cassado rotineiramente. Não há autonomia dos poderes, que ficam subordinados ao Executivo.

Os trabalhadores são submetidos à política do arrocho salarial e o Estado age como promotor de uma profunda concentração de renda, em benefício do grande capital.

A enorme concentração de poder no Executivo estimula a corrupção, que se alastra como mofo pela máquina do Estado, sem possibilidade de ser combatida pelo remédio da crítica, da denúncia e da punição.

As Forças Armadas impõem a Doutrina de Segurança Nacional como religião oficial do Estado e multiplicam-se os instrumentos de repressão, oficiais e clandestinos. Criam-se os DOI-CODI, que fogem a qualquer controle e operam à margem da lei. O SNI introduz seus microfones de espionagem em todos os poros da sociedade. Conforma-se um verdadeiro ambiente de terror de Estado: generaliza-se a tortura, mais de 300 opositores políticos são assassinados, muitos são dados como desaparecidos.

Durante dez anos, os militares governam em perfeita sintonia com os interesses empresariais.

Durante outros dez, num clima de crescente isolamento político, desavenças internas e crescimento da pressão popular, que vinga impor aos generais um recuo expressivo.

NOVO PACTO ENTRE ELITES

Em 1984, desenvolveu-se, com a campanha pelas Diretas, o mais importante movimento cívico de nossa história, tendo como reivindicação central o estabelecimento da soberania popular. Mesmo assim, o novo presidente foi eleito pelo Colégio Eleitoral, num pacto das elites políticas, empresariais e militares, que fez prevalecer os mesmos interesses dominantes desde 1964.

É certo que a transição trouxe conquistas: o voto dos analfabetos, a liberdade de organização partidária, o fim da censura, condições necessárias para a democracia, mas muito longe de serem suficientes.

A democratização do Estado deu pequenos passos na nova Constituição. As Forças Armadas, no entanto, continuam a manter sua tutela sobre a sociedade. Os constituintes foram tímidos, quando não regressivos, no enfrentamento de importantes questões como a autonomia sindical, a proteção ao trabalho e a duração da jornada. O direito de greve foi conquistado, mas encontra-se sob perigosa ameaça da direita, hoje, que pretende cerceá-lo, pela via da regulamentação em lei ordinária.

Todos os avanços da nova Carta acabaram sendo ofuscados pela vitória do conservadorismo e dos interesses elitistas na abordagem da problemática fundiária, ponto nevrálgico de qualquer projeto para democratizar o país. A cooperação entre UDR e aliados de Sarney logrou, nesse campo, a decretação de uma verdadeira Contra-Reforma Agrária na letra da Constituição, consagrando o direito de propriedade como elemento mais importante que a própria vida de milhões de brasileiros.

Em linhas gerais, cada artigo registrando conquistas democráticas traz em seu verso, de uma forma ou de outra, a estampa do velho vício do autoritarismo e da exclusão das maiorias, que marca toda a história do Estado brasileiro.

Esse Estado é um paciente que, ao longo de uma custosa terapia, levada a cabo durante anos pelas lutas do povo, não experimentou, até hoje, mais do que medicamentos homeopáticos. Surgem melhoras aqui, recaídas ali, sem eliminação dos vícios.

A gravidade do mal, entretanto, torna inadiável a adoção de procedimentos cirúrgicos.

OS REMÉDIOS CONTRA O VÍCIO

A participação popular é o elemento mais essencial da ruptura que o Governo da Frente Brasil Popular vai impor à tradição do autoritarismo e da exclusão das massas populares, na história do Estado brasileiro.

Ela é decisiva não somente para a definição das grandes opções nacionais, através de plebiscitos e iniciativas populares, como também no controle rotineiro de todo o funcionamento da máquina estatal.

Muito do que as estatais apresentam, hoje, de problemático, ineficiente e desperdício, seria evitado se elas contassem com a participação de trabalhadores e usuários em sua gestão.

O princípio da transparência é fundamental não apenas para assegurar a eficiência da administração, como também para realizar um efetivo combate à corrupção, que se alimenta sempre do segredo e da impunidade.

A transparência e a ampla participação dos cidadãos na gestão da coisa pública são os pressupostos básicos das reformas administrativas que aplicaremos, em benefício da racionalização, agilização e democratização do aparelho estatal.

Quando o Estado deixar de ser a grande muralha oposta pelas elites às transformações ansiadas pelas maiorias, estaremos pavimentando a estrada que levará à construção de uma sociedade democrática, justa e socialmente equilibrada, aqui no chão brasileiro.

Para tanto, as mudanças dirigidas pelo Governo da Frente Brasil Popular estarão sempre apoiadas em seis diretrizes básicas, que valerão como cirurgia de urgência junto ao defeituoso organismo da máquina estatal:

1. Estímulo à mais ampla participação popular nas decisões do governo, criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais.
2. Promoção da plena soberania do poder civil, com extinção da tutela militar.
3. Reformas da legislação eleitoral e do sistema de representação parlamentar.
4. Democratização dos meios de comunicação de massa.
5. Democratização do Poder Judiciário.
6. Incentivo à criação de mecanismos de controle social sobre a economia.

FIM DA TUTELA MILITAR

Seiscentas mil pessoas, organizadas hierarquicamente em contingente de terra, mar e ar, distribuídas por todo o território nacional, articuladas com um complexo industrial em expansão, dotadas de ampla margem de manobra orçamentária, com capacidade de formular e implementar diretrizes próprias – eis um retrato que dá uma idéia da "questão militar" colocada hoje para um Brasil que deseja democracia e mudanças estruturais.

É uma questão extremamente importante e delicada. Considerando-se como força destinada a "preservar a ordem", os militares desenvolveram uma lógica conservadora, que coloca sob suspeita qualquer idéia de mudança e tem dificuldade em adaptar-se ao conflito inerente a uma sociedade em movimento. Mais ainda: na história da República as elites civis sempre concederam às Forças Armadas um poder de veto sobre decisões fundamentais. Incapazes de promover as reformas necessárias para que o desenvolvimento econômico chegasse ao povo, atemorizadas com a existência de uma imensa população miserável, nossas elites sempre fizeram política a um passo dos quartéis.

Depois, no período da ditadura, a velha influência se transformou em exercício direto do poder. A repressão política se tornou prática regular de governo e atribuição explícita das Forças Armadas. Como herança, ficaram o desmedido crescimento da chamada "comunidade de informações", várias gerações de oficiais instruídos unicamente pela Doutrina de Segurança Nacional e uma formidável expansão da influência militar dentro do Estado brasileiro.

A autonomia das Forças Armadas e sua preponderância sobre as instituições civis são incompatíveis com a consolidação de um Estado democrático moderno. Não temos interesse em provocação: o programa de mudanças que propomos é transparente. Em torno dele, apelaremos às energias, à participação e à vontade de todos, inclusive dos militares, que são parte da Nação. Não será necessário cortejar ninguém em segredo, seja nos corredores dos palácios, nas ante-salas dos bancos ou nos pátios da caserna. As iniciativas que digam respeito às Forças Armadas estarão subordinadas a um projeto mais amplo, de caráter democrático e popular. Pela afirmação do poder civil, combateremos a tutela militar sobre o Estado brasileiro. A Nova República teve medo de enfrentar a questão. O Governo da Frente Brasil Popular não terá.

É cara para as Forças Armadas a idéia de que nosso país possa transformar-se em potência. Para nós também. Mas é preciso levar em conta que nenhuma nação pode ser forte se seu povo vive na miséria. São os indicadores sociais, econômicos, tecnológicos e culturais que definem se o Brasil se insere na ordem internacional como país subalterno (como hoje) ou soberano (como desejamos).

Na potência que queremos construir não haverá lugar para a subnutrição e o analfabetismo. Nem para hegemonia sobre outros povos. A exportação de produtos agrícolas não se fará com a fome do povo.

Haverá grande esforço para desenvolver tecnologias adequadas às condições nacionais. O patriotismo não será – como hoje – uma figura de retórica na boca de um governo que se submete à agiotagem internacional. Por tudo isso, o

desenvolvimento social deve ter absoluta prioridade sobre o crescimento da capacidade militar, ressalvadas as necessidades de defesa do território.

Embora formalmente subordinadas ao poder civil, as Forças Armadas gozam de ampla autonomia, não só em questões de natureza estritamente militar, que são vedadas inclusive aos altos escalões civis do Executivo. Na própria estrutura do governo pontificam seis ministérios militares e vários órgãos de "assessoramento", como o Conselho de Defesa Nacional e o Serviço Nacional de Informações. Mais do que isso: é exagerada a presença de integrantes das Forças Armadas no conjunto da administração direta e indireta, inclusive na área econômica.

Ao longo do período ditatorial, consolidou-se uma situação até hoje intocada, que é a ocupação de postos dirigentes de empresas estatais, principalmente das maiores, por oficiais da ativa e da reserva, que se consideram em pleno exercício de função militar. Nessa linha, chegam a surgir situações esdrúxulas, como aquela do projeto Nossa Natureza, anunciado como uma prova do interesse governamental em defender a ecologia da Amazônia. Inteiramente desenvolvido pela Secretaria de Assessoramento do Conselho de Defesa Nacional (SADEN), ele não conseguiu conquistar a menor credibilidade junto à sociedade civil.

O Programa Nuclear Paralelo é outro ponto de elevada importância: não pode pesar sobre o Brasil a (ir)responsabilidade de trazer para a América Latina uma corrida atômica da qual o restante do mundo já quer se livrar. Temos aqui problemas de sobra, e recursos de menos, para nos jogarmos numa aventura desse porte.

Assim como a política nuclear, também a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) deve ter natureza civil, destinando-se ao desenvolvimento da tecnologia necessária para colocar em órbita instrumentos de pesquisa, comunicação e coleta de dados. A concessão de subsídios para a indústria bélica deve ser revista, de acordo com os critérios explicitados no primeiro fascículo desta série.

Desde que as desconfianças mútuas entre Brasil e Argentina refluíram, a Amazônia se transformou na principal frente de projeção e justificativa estratégica da força terrestre, que sintomaticamente passou a ser proprietária, nos últimos dois anos, de nada menos que 6.200.000 hectares na região, distribuindo-se por 35 áreas consideradas problemáticas, junto a territórios indígenas, zonas de conflitos rurais e faixa de fronteira.

Existe também o Projeto Calha Norte, que despertou vigorosas suspeitas na sociedade civil. Ele se desenvolve em outros 7.980.000 hectares, ao longo de uma faixa de 6.500 quilômetros de extensão, junto às fronteiras das Guianas, Suriname, Venezuela, Colômbia e Peru. Ali já foram construídos 12 quartéis e nove aeroportos, com o objetivo de controlar a população indígena, neutralizar a ação missionária, combater o narcotráfico e garantir presença militar ostensiva nas fronteiras.

Ao que parece, a soberania nacional é simbolizada pela visibilidade militar na região, sem que esse processo de ocupação tenha sido discutido com outros organismos representativos da sociedade civil e do Estado. Fica-se com a impressão de que a "geopolítica do verde", representada pelo projeto Nossa Natureza, e a vigilância nas fronteiras representam uma nova fórmula para legitimar a presença do Exército em todo o território nacional e seu peso no Estado Brasileiro. É gerada, dessa forma, uma situação que favorece o caríssimo projeto de modernização (FT-90, previsto até o ano 2015) e a continuidade da estratégia

de "defesa interna", que teve na criação do BAVEX (Batalhão de Aviação do Exército, sediado em Taubaté, no eixo Rio-São Paulo) um sintoma bastante evidente.

MEDIDAS DE GOVERNO

1. Apresentação de um projeto de Emenda à Constituição, buscando a redefinição do papel das Forças Armadas no sentido de subordiná-las de fato ao poder civil, representado pela Presidência da República, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. As Forças Armadas devem cuidar da defesa externa, ficando vedado o seu emprego na repressão a greves e mobilizações do povo.
2. Desmilitarização da administração pública, com adoção de novos critérios para criação e ocupação de cargos na esfera civil. Extinção do Conselho de Defesa Nacional e do Serviço Nacional de Informações.
3. Criação do Ministério da Defesa, como parte de uma nova concepção estratégica, moderna e adequada às necessidades do país. O novo organismo substituirá no primeiro escalão do governo os atuais ministérios militares.
4. Mudanças na atual sistemática de formação militar, hoje apoiada em currículo conservador, corporativista e antidemocrático. Separação da formação de caráter geral da formação profissional.
5. Início de uma ampla discussão, envolvendo as próprias Forças Armadas, governo, Congresso Nacional e toda a sociedade, para a redefinição dos grandes projetos militares, incluindo-se aí a indústria bélica, o programa nuclear, o Calha Norte e a Missão Espacial.

REMOVER A LAMA

Tempos atrás, o jornalista Jânio de Freitas pregou uma peça nos mais altos escalões da Nova República. Fez publicar, discretamente, numa página de classificados, de forma codificada, o resultado de uma concorrência pública que, em tese, só poderia ser conhecido alguns dias mais tarde. Com a manobra inteligente, restou comprovado o jogo de cartas marcadas.

Não se tratava de uma concorrência qualquer. O escândalo atingia um projeto ao qual o próprio presidente da República estava, pessoal e afetivamente, ligado. Era a construção da Ferrovia Norte-Sul, ligando o Maranhão ao centro de Goiás.

A opinião pública, que já tinha considerado inoportuna a obra, na atual penúria vivida pelos cofres públicos, passou a sentir que aqueles gastos de dois bilhões de dólares poderiam ter também motivações escusas.

Não era a primeira vez que se cheirava no ar a fumaça da corrupção. Pelo contrário, a consciência nacional estava calejada de tanto ouvir histórias desse teor, sem nunca tomar conhecimento de apuração honesta e punição dos envolvidos.

Ninguém sabe ao certo a quantas décadas ou séculos remontam as primeiras notícias de falcaturas em nossa vida nacional. Mas todos se recordam que os militares, ao depor João Goulart em 1964, empunhavam a bandeira do combate à corrupção como um de seus pretextos básicos. Ocorreu, entretanto, que o Regime Militar acobertou irregularidades, protegeu envolvidos, proibiu a fiscalização da imprensa e tornou o judiciário mais omisso e conivente do que nunca.

No inconsciente coletivo da sociedade flutua hoje, 25 anos depois, um conjunto de palavras evocando misteriosos escândalos que nunca foram realmente expostos à luz do dia. Ponte Rio-Niterói, Lutfalla, Delfin, Polonetas, Coroa-Brastel, Halles, Sulbrasileiro, Brasilinvest, Corretora Banespa, Capemi, incontáveis siglas dos tempos da ditadura ou já da Nova República.

O país foi se acostumando a ver nas revistas a convivência entre poder e corrupção. O investidor Nagi Nahas era fotografado ao lado da primeira dama, Dulce Figueiredo, assistindo a um show de Julio Iglesias, e a televisão focalizava o rosto do Gerson explicando que o importante era levar vantagem em tudo.

Não passa uma semana sem que a imprensa, agora livre da censura imposta pelos generais, traga à tona um novo escândalo, ora envolvendo tráfico de dólares no Itamarati, ora vinculando o filho do presidente do Banco Central a uma corretora falida.

É por isso que a Frente Brasil Popular inscreve, como uma de suas mais importantes propostas de governo, o combate frontal e impiedoso a esse mar de lama que encobre nossas instituições.

UM BOM COMEÇO

Na Câmara Municipal de São Paulo, presidida por Eduardo Suplicy, do PT, já está sendo possível realizar um pequeno ensaio da limpeza que pretendemos realizar. Funcionários fantasmas, reformas pagas e não realizadas, compras faturadas duplamente, aplicação de dinheiro público em contas particulares de marajás, foram algumas das muitas irregularidades já descobertas e investigadas. Dezesseis funcionários tiveram a prisão decretada, a polícia procura um ex-diretor geral da Casa e um ex-presidente, enquanto quatro vereadores, dois do PMDB, um do PDS e um do PTB, podem ter seus mandatos cassados, por estarem comprometidos nos escândalos, por ação ou omissão. Com Lula na Presidência da República, com o Estado democratizado, o judiciário recuperado e com ampla participação popular no acompanhamento de todos os atos da administração, será possível executar uma limpeza semelhante, em escala muito mais ampla, em todo o território nacional.

MODERNIZAR A JUSTIÇA

Na história do Estado brasileiro, a organização judiciária tem exercido papel relevante na conservação da ordem estabelecida pelos dominadores. Lembrando uma expressiva manifestação de James Baldwin, o notável escritor e militante negro norte-americano, recentemente falecido, "o sistema judiciário tem sido um meio legal de promover injustiças".

A idéia do Estado democrático repele essa tradição em que o judiciário teve como referência, permanentemente, a preservação dos privilégios do capital, dos monopólios e dos grandes proprietários de terras. A convivência democrática é, a rigor, incompatível com um sistema judiciário apegado à mera interpretação literal das leis. Mais ainda, quando essas leis são elaboradas sem qualquer consulta à população e passam a ser aplicadas com inteiro alheamento da realidade social e do interesse público mais profundo.

Os vícios atuais de nosso Judiciário, que levam cada trabalhador a desconfiar seriamente da propalada imparcialidade dos tribunais e desanimar diante de sua grave morosidade, precisam ser atacados de frente.

Uma nova mentalidade jurídica, efetivamente democrática e despida de preconceitos elitistas, demandará algum tempo para se disseminar entre as pessoas que compõem nosso Poder judiciário. Há de requerer alguns anos de verdadeiro reaprendizado dos magistrados, procuradores e advogados. Mas é possível e necessário garantir medidas de curto prazo, que valham como início de um longo processo de reformas voltadas para a adequação de nosso Judiciário ao Brasil que emergirá do governo Lula.

Sem ferir a independência dos poderes da República, nem violar a autonomia do judiciário, o Governo da Frente Brasil popular cuidará de fornecer-lhes todos os instrumentos necessários ao exercício de sua função constitucional, num sentido de aperfeiçoamento que sempre identifique mais nossa justiça com os ideais democráticos que predominam amplamente em nossa população.

TRÊS MEDIDAS BÁSICAS

1. Descentralização da Justiça

Uma das causas mais evidentes da ineficiência do Poder judiciário reside na sua excessiva centralização. O que se constata é a existência de um sistema incapaz de atender à população como um todo, de forma adequada. Isso vale tanto para as funções propriamente jurisdicionais quanto para os aspectos administrativos, tais como a movimentação de juízes e a forma como se distribuem e funcionam os tribunais e juízes singulares. Em certo sentido, pode-se até mesmo afirmar que a sua atuação atende apenas ao interesse de minorias já de si privilegiadas.

Essa realidade induz à necessidade da descentralização dos serviços da Justiça, especialmente através da criação de mais juízos de primeira instância e do aprofundamento de experiências semelhantes à dos Juizados de Pequenas Causas.

2. Maior acesso à justiça

A garantia de maior acesso à Justiça procura atender à finalidade básica do sistema judiciário, que é a de assegurar a todos os segmentos da população, especialmente à classe trabalhadora, a prestação jurisdicional que permita o exercício de seus direitos. Isso pressupõe:

- a) gratuidade de todos os serviços quando se tratar de cidadãos mais carentes;
- b) redução do valor das custas e demais despesas das demandas judiciais, que muitas vezes inibem o exercício do direito de ação pelas camadas mais pobres da população;
- c) atuação efetiva dos órgãos públicos de assistência e representação, em especial a Defensoria Pública e o Ministério Público, contribuindo para uma real aproximação entre justiça e povo.

3. Infra-estrutura

A política do governo democrático e popular estará voltada para o melhor aparelhamento material do Poder judiciário, visando dotá-lo de uma infra-estrutura mais moderna e eficiente, tanto do ponto de vista técnico quanto funcional.

O aperfeiçoamento da infra-estrutura do judiciário, somado ao indispensável aumento do número de magistrados e à descentralização de seus serviços, assegurará uma rápida e mais barata entrega da prestação jurisdicional.

UM ESCÂNDALO LEGAL

O Brasil hoje se orgulha de ser um dos campeões mundiais da mídia eletrônica, e ao mesmo tempo amarga a desconfortável posição de país que tem uma das mais conservadoras legislações de radiodifusão do mundo.

Até 1967, os estados e municípios tinham autonomia para decidir sobre concessão de canais e legislar sobre os serviços de telecomunicações. Mas o decreto-lei nº 162, do regime militar, mudou as regras do jogo e transferiu para a União a competência exclusiva para explorar (diretamente ou mediante concessão), os serviços de telecomunicações, tornando o Estado um tutor todo-poderoso da radiodifusão.

Investiu-se na sofisticação dos meios e serviços, enquanto as leis e a liberação de subsídios foram definidas sem discussão com a sociedade que, no seu conjunto, financiou o processo de modernização.

Isso é grave porque as ondas (radioelétricas e hertzianas) que permitem as transmissões ou emissões necessárias às telecomunicações são propagadas no espaço, um bem público. Ou seja: são os eleitores que cedem ao Poder Executivo o direito de gerenciar a distribuição dos canais de transmissão existentes. É a sociedade, em última instância, o verdadeiro poder concedente.

E é aí que esbarramos em um dos pontos mais polêmicos dos debates referentes ao tema na Assembléia Nacional Constituinte: a democratização dos meios de comunicação.

A AÇÃO DO BLOCO CONSERVADOR

Conscientes de que esses meios e serviços altamente desenvolvidos têm favorecido os grandes grupos econômicos, os parlamentares progressistas vivenciaram a guerra surda que se travou nos bastidores da Constituinte.

Uma guerra que os meios de comunicação não tinham interesse em divulgar para a opinião pública, simplesmente porque um dos instrumentos mais utilizados para negociar e comprar votos de parlamentares foi a outorga de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão.

A máquina de favorecimento montada há muitos anos no Ministério das Comunicações, sob controle do ministro Antônio Carlos Magalhães e do secretário-geral Rômulo Furtado (há 15 anos no cargo), entrou de cabeça na disputa, produzindo o leilão que se pode visualizar através da tabela na página seguinte.

Em um clima de compra de votos, golpes e barganhas, com o “Centrão” jogando pesado, comunicação foi um dos temas que geraram mais tumultos na Constituinte. As emendas populares foram desconsideradas, apesar da forte pressão do grupo progressista, e muito pouco pôde ser avaliado como avanço.

Embora a nova Constituição dê ao Congresso Nacional o poder de conceder canais (artigo 223), tudo foi feito para que se esgotassem as possibilidades técnicas de novas concessões. E mais: os empresários conseguiram introduzir

um dispositivo segundo o qual somente o Judiciário pode cassar as atuais concessões antes de vencido o seu prazo: dez anos para rádio e 15 para televisão. E a não-renovação de uma concessão exige quorum qualificado de 2/3 do Congresso Nacional.

O CAMINHO DAS PEDRAS

Neste contexto, o país convive com um jornalismo fraudulento, bastando como exemplos a proibição da direção da Rede Globo de Televisão, na época em que o país clamava por eleições diretas, de que seus noticiários tocassem no assunto, ou a forma como hoje tenta distorcer a cobertura da sucessão presidencial, elegendo em agosto o vencedor de um pleito que só ocorrerá em novembro.

Torna-se urgente a implantação de uma nova política de comunicação e telecomunicações.

A identidade nacional está sufocada pela política atual, que leva a estrutura de produção dos meios de comunicação de massa a destruir, gradativamente, as riquezas das mais diversas formas populares de cultura. Controladas por grupos econômicos localizados principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, as emissoras de rádio e televisão impõem a reprodução do material gerado pelas três maiores redes. É o modelo de cultura com a cara do país que eles desenham: homogeneizante, consumista e alienante.

E o sistema de comunicação social estatal (parte está sendo privatizado), que deveria fomentar a produção cultural, é utilizado como instrumento de propaganda, com os recursos e verbas publicitárias servindo como forma de pressão econômica e política.

Nas últimas décadas consolidaram-se os vínculos entre jornais, rádios e TVs oligopolizados e o governo que os tutela. Os fatos gerados pelo movimento popular organizado, comunitário e sindical, recebem um tratamento que vai da simples omissão às mais violentas distorções.

O DIREITO À INFORMAÇÃO

A política de comunicações do Governo da Frente Brasil Popular buscará garantir o direito de acesso à informação em qualquer parte do país, valorizar a cultura regional, privilegiar a tecnologia nacional e assegurar o direito de cada cidadão não só receber como também gerar informações, possibilitando a introdução de novas tecnologias de comunicação para emissoras de pequenas potências (regionais e comunitárias).

Uma política que dê à sociedade o controle dos meios de comunicação e que subordine o privilégio da exploração comercial à responsabilidade social de valorizar sua função educativa e cultural. É a visão de quem se posiciona contra a privatização da Telebrás, da Embratel, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a favor da administração dessas estatais com a participação dos trabalhadores.

E mesmo que a atual legislação não disponha de mecanismos apropriados, com determinação política, mobilização e organização da sociedade civil é possível solicitar a cassação de concessões daqueles que insistam em violar um princípio democrático fundamental: o direito de o público ser informado de maneira objetiva e sem distorções.

CONCESSÕES E PERMISSÕES REALIZADAS DURANTE O GOVERNO SARNEY

	1985	1986			1987			1988	
		Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	
FM	66	91	5	19	29	15	12	11	13
AM	47	50	-	7	14	17	1	10	14
TV	14	13	-	-	2	3	1	1	-
Total	127	154	5	26	45	35	14	22	27

Em 1987, até outubro, a média mensal de outorgas das principais modalidades de serviços (FM, AM e TV) era de 13,6 concessões e permissões. Coincidindo com a ofensiva do Centrão na Constituinte, as outorgas chegaram a 26 em novembro e 45 em dezembro. Foi o início de uma corrida desenfreada. De janeiro de 1985 a outubro de 1987, haviam sido efetuadas 417 outorgas. Daí para frente, o Governo Sarney iria despachar outras 335 concessões até agosto de 1988, quase duplicando a média mensal do restante de seu mandato.

Em fevereiro de 1988 já estavam ocupadas 70,35% das concessões tecnicamente viáveis de emissoras AM, FM e TV, restando menos de 30% disponíveis. Mantido o número de outorgas correspondentes aos 49 editais abertos em março de 1988, as frequências e canais se esgotariam no penúltimo mês do governo Sarney. Nesse caso, na posse do novo presidente da República não haverá mais frequências e canais disponíveis. Numa ação entre amigos, o governo Sarney fez a reforma agrária no ar. E o que é pior: deu terra aos latifundiários, isto é, favoreceu na distribuição das ondas os grandes monopólios do setor.

Fonte: Dados do Ministério das Comunicações e Diário Oficial da União

MEDIDAS DE GOVERNO

1. Unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios e TV) e Centrais Sindicais, democraticamente eleitos.
2. As rádios e televisões só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos.
3. O governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social.
4. Apoio à criação de canais de comunicação próprios das organizações populares.

REVIRAVOLTA NA DIPLOMACIA

Experimentando um choque de democracia pela primeira vez em sua história e já trilhando novo estilo de desenvolvimento, o Brasil vai ocupar, no cenário internacional, uma posição compatível com sua real dimensão econômica, social, geográfica e cultural. Será o rompimento de uma infeliz tradição de alinhamento com grandes potências, nesses longos anos em que o Estado brasileiro esteve dominado pelo autoritarismo.

Ressalvados curtos períodos de afirmação independente, a história de nossa diplomacia é uma história de submissão à vontade de diferentes metrópoles. Da Guerra do Paraguai, no século passado, ao envio de tropas para derrubar um presidente nacionalista da República Dominicana, durante o governo de Castelo Branco; da atuação na ONU e na OEA como satélite dos Estados Unidos à exportação de *know-how* sobre torturas para outros países da América Latina, as elites governantes sempre pautaram as relações externas do Brasil por um esquema de alianças que nunca correspondeu à vontade e aos interesses históricos de nosso povo.

Essa linha diplomática já tem seus dias contados.

Ao final dos anos 80, o mundo atravessa tensões extremamente graves.

Desde a década de 70, a economia mundial tem sido marcada pela crise. Mas essa crise afeta os diferentes países de maneira bastante desigual.

Nos países capitalistas desenvolvidos, embora alguns impasses na estrutura produtiva venham provocando taxas elevadas de desemprego (40 milhões de pessoas, somando-se os Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Japão), o crescimento econômico continua a superar o aumento da população, ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos se aceleram.

Nos países dependentes, no entanto, essa crise vem produzindo efeitos dramáticos. Esmagados sob o peso da dívida externa, nossos países têm sofrido um empobrecimento espantoso. Em alguns casos, o poder de compra dos salários chegou a ser reduzido em 50%. Um indicador definitivo dessa deterioração está relacionado com a infância: enquanto em 1979 a Organização Mundial de Saúde estimou que morreram 12 milhões de crianças, de fome, desnutrição ou falta cuidados médicos e sanitários, hoje essa estatística atinge a cifra absurda dos 15 milhões.

As nações ricas apressam projetos buscando ampliar seu potencial produtivo. Esse é o caso da unificação europeia prevista para 1992, que eliminará barreiras alfandegárias entre 12 países, convertendo-os, pelo menos teoricamente, numa única economia de 320 milhões de consumidores.

Na mesma linha, o Japão vem se projetando com uma economia extremamente vigorosa e tornou-se o maior credor internacional. Sedia muitos dos maiores bancos mundiais e hegemônica amplamente um processo de integração com as chamadas economias "tigre-asiáticas": Coreia do Sul, Formosa, Hong-Kong, Malásia etc.

Os Estados Unidos, por sua vez, exibem uma evolução que tem aspectos contraditórios. Vem caindo gradualmente seu peso na economia mundial, onde

sua participação no PIB global regrediu de 38,1% em 1950, para 27,7% em 1982. Somam-se a isso graves problemas de déficit público e desequilíbrios em seu mercado financeiro e de ações.

Mas a resposta a tais dificuldades vem se dando por vários canais e mediante iniciativas fortes: importante integração com o Canadá; controle férreo sobre a tecnologia de informática, sem disfarçar a intenção de usá-la como nova forma de influir na economia de outros países; e, acima de tudo, dureza no debate sobre a dívida externa, para não perder sua atual condição de beneficiário maior da incrível reversão imposta durante a década de 80, em que os países pobres se transformaram em exportadores de capitais para as metrópoles industrializadas.

Enquanto esses reajustes tomam vulto nos países desenvolvidos, as nações dependentes, numa regra praticamente mundial, vão se transformando em parques produtivos voltados para a geração de saldos que possam ser convertidos em dólares para pagar juros aos credores internacionais.

Na América Latina, a renda per capita caiu 6,5% nos últimos dez anos, alguns países retrocederam a patamares de 20 anos atrás e nenhum possui uma renda per capita superior aos níveis de 1980.

Os países que iniciaram a construção do socialismo também enfrentam crises agudas. Durante décadas, a URSS foi a imagem do fechamento político, do monolitismo, mas também da estabilidade e solidez do regime. Teve um crescimento econômico que a transformou na segunda potência econômica mundial. Mas desde o final dos anos 70 esse crescimento refluiu, de maneira que sua participação estimada no PIB mundial, de 16,3% em 1950, já descera até 9,1% em 1982.

Hoje, a URSS e outros países que experimentam diferentes caminhos de transição ao socialismo, vivem uma situação de choque entre tendências diferenciadas. De um lado, as medidas democratizadoras, a admissão de certo pluralismo interno, as iniciativas em favor do desarmamento, o reconhecimento da existência de problemas e a busca de soluções novas geram uma repercussão favorável em nível internacional, contribuindo para melhorar o prestígio desses países e do socialismo.

Na mão oposta, a repetição dos surtos repressivos, que tiveram no massacre Pequim o mais grave episódio, a permanência de distorções econômicas, as evidências de falta de apoio interno (como no caso da recente eleição polonesa) e até mesmo as declarações dos principais reformadores, valorizando a chamada economia de mercado, contribuem para criar uma grande confusão política. Fazem enfraquecer a confiança na alternativa socialista e dão munição para os apologistas do capitalismo, especialmente os advogados da atual onda neoliberal que procura apresentar a "livre iniciativa" como mola mestra do progresso humano.

Resumindo em poucos dados as atuais tendências da evolução mundial e lançando mão da terminologia que divide o globo em "Norte" e "Sul", para fugir à polarização Oriente-Occidente, tão cara à Doutrina de Segurança Nacional, constata-se que está ocorrendo uma verdadeira reconcentração do parque industrial nos países do "Norte", sendo que no "Sul" estarão vivendo 80% da população mundial até o final do século, com apenas 9% da indústria instalada no planeta e repartindo apenas 25% do PIB atualmente produzido.

O eixo central da política externa no Governo da Frente Brasil Popular só poderá ser o combate a esse cenário mundial de espoliação, na busca de uma nova

ordem econômica internacional que recuse todos os tipos de dominação imperialista e todas as modalidades de exploração do homem pelo homem.

Ao rejeitar a dominação do planeta por meia dúzia de potências industrializadas, o novo governo estará, obviamente, reforçando a caminhada rumo a um futuro socialista para a humanidade. Mas essa disposição não implica admitir nenhuma espécie de alinhamento automático numa falida política de blocos.

A base de nossa diplomacia será a defesa dos princípios da autodeterminação dos povos, não ingerência em assuntos internos de outros países e o estabelecimento de relações com governos e nações a partir de uma cooperação com plena igualdade de direitos.

NOSSA SOBERANIA EM OITO PONTOS

1. Solidariedade irrestrita às lutas em defesa da independência nacional, da liberdade, da democracia e do socialismo;
2. Apoio a todas as iniciativas reais em defesa da paz, contra a corrida armamentista e pelo desarmamento nuclear;
3. Luta por uma nova ordem econômica internacional, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países, frente às potências imperialistas;
4. Defesa de uma política internacional de respeito ao meio ambiente, assumindo a proteção da Amazônia e diretrizes para seu desenvolvimento que acatem a preservação ecológica, ao mesmo tempo em que exigiremos de todos os países, especialmente dos mais industrializados, vigorosas políticas de defesa do meio ambiente;
5. Propor a integração econômica e cultural da América Latina, assim como a criação do Parlamento Latino-Americano, pela via das eleições diretas, que busque aprofundar as relações de solidariedade entre os povos do continente;
6. Amplo apoio aos povos da Nicarágua, El Salvador e a todas as iniciativas em favor da paz com soberania, na América Central e no Caribe;
7. Rompimento de relações diplomáticas com os regimes que pratiquem políticas racistas, como a África do Sul;
8. Apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência de Israel.

DEMOCRACIA COM ALICERCE

Dona Zulmira, já avó, militante do Movimento de Saúde na Zona Leste de São Paulo, assim falou sobre sua experiência de luta:

“... Não basta a gente criar formas de participar dentro da instituição. Nós temos que ter forças atrás, para fortalecer essa participação nossa dentro de qualquer instituição. E a gente via também que, entrava um governo, ele mudava tudo. Entrava outro, mudava tudo. E, aí, quanta coisa mudava dentro do Conselho. Mas na Comissão ninguém botava o dedo, ninguém botava o bedelho. Quem mandava era a população. Quem determinava, quem dava as diretrizes, quem colocava as bandeiras, quem organizava era a Comissão de Saúde. Então, isso é um ponto que nós aprendemos. Nós aprendemos que a gente tem que ter um braço dentro da instituição, mas nós temos que ter uma coisa muito mais forte, uma organização muito mais forte, que vai dar forças e que vai dar representatividade para você. Você vai estar ali dentro da instituição representando uma população que está atrás de você e que confia em você. Isso é uma coisa que aconteceu no meu bairro... “

A charada da ligação entre democracia representativa e participação direta ficava resolvida, com o depoimento dessa mulher da periferia, através de palavras muito mais simples do que as normalmente empregadas pelos cientistas políticos ao debater o tema.

Nenhuma democratização terá atingido a qualidade de coisa irreversível, enquanto não se espalhar, por amplos setores da sociedade, a aguda percepção contida nessa fala, que registrava certo momento da luta de um povo pelo fim da Ditadura Militar.

É por tal razão que o programa da Frente Brasil Popular tem como eixo a combinação de medidas aperfeiçoadoras na chamada democracia representativa, com a valorização de um amplo leque de formas novas de democracia direta, exercida pela população sem a necessidade de intermediários e delegações.

O pior que pode ocorrer quando se discute as relações entre democracia direta e democracia representativa é tomar qualquer delas como excludente. Onde a exclusão de um dos princípios ocorre, a usurpação do poder se torna inevitável. Em vez de pensarmos em opor representação e participação direta, teríamos, pelo contrário, de estudar mecanismos que permitam que os dois princípios se complementem.

Exaltar o princípio da representação comporta riscos conhecidos. Um deles, talvez o mais freqüente, consiste na apropriação, por parte do representante, de

um mandato que, embora público, é praticado como se fosse uma propriedade pessoal. É o que mais se vê por aí.

Quem não conhece pelo menos um representante do povo que depois de eleito se volta para esse povo como se fosse, não seu representante, mas seu senhor?

Na outra ponta, é evidente que a complexidade da sociedade moderna não autoriza utopias sobre uma democracia onde os cidadãos possam ser chamados, sempre, para se reunir em praça pública e decidir diariamente, todos juntos, sobre qualquer encruzilhada política.

Sempre vão surgir situações em que alguém tem de decidir sobre questões que as bases não puderam discutir, sejam fatos corriqueiros, sejam dilemas decisivos na vida de um movimento, de um partido ou mesmo de um país.

Se apenas a participação direta fosse considerada democrática, não teríamos instituições representativas capazes de dar conta do recado. E nos impasses gerados nesse reino imaginário da democracia direta, quem seria capaz de evitar a usurpação autoritária, adotada sob o pretexto da urgência e da emergência?

Por isso, em qualquer hipótese, conselhos populares, conselhos de empresas, comissões de fábrica e associações de moradores precisam conviver com partidos e parlamentos. A participação popular que se dá, de modo direto, nas ruas e nas praças tem de conviver com a participação em eleições para os parlamentos e para os governos.

Não há dúvida de que existem tensões entre esses diferentes modos de participação popular. Em determinados momentos, essas tensões podem adquirir um caráter decisivo para os rumos do processo político. Mas são essenciais ao jogo democrático. Elimine-se um dos lados e todo o jogo democrático acabará sendo suprimido.

Não se pode mais abrigar a velha argumentação que despreza determinadas conquistas universais da democracia sob a justificativa de terem uma origem burguesa.

Na verdade, não há nenhum trabalhador no mundo que esteja disposto a renunciar ao direito de, *habeas-corpus*, embora sabendo que este foi, na origem, um instrumento da aristocracia e, depois, da burguesia, contra o absolutismo. É que hoje – e de há muito tempo – o *habeas-corpus* chegou aos trabalhadores e inscreve-se entre os direitos humanos, adquirindo por isso valor universal.

A democracia foi, em certo momento da história da Europa, um instrumento da aristocracia contra o absolutismo monárquico. Tornou-se depois instrumento da burguesia contra a aristocracia. E já faz bastante tempo que se converteu em instrumento do operariado e das massas populares contra a burguesia.

Raciocinar sobre a democracia, como a conhecemos no mundo moderno, como se fosse apenas fruto de artimanhas das classes dominantes é ignorar toda a história das lutas operárias e populares. Mais grave ainda: é entregar, como propriedade das elites, conquistas que, na verdade, resultaram de lutas vigorosas dos trabalhadores, como é, por exemplo, o caso do sufrágio universal.

No mundo moderno, fica cada vez mais claro que não se pode conceber o Estado como único e obsessivo alvo das disputas políticas, nem planejar a transformação social a partir de uma espécie de assalto a esse aparelho que condensa as contradições de classe presentes na sociedade.

Desde seu surgimento, até nossos dias, o Estado sempre foi uma instância fundamental de poder. Disputar o seu controle, levar para dentro dele a presença

organizada da classe trabalhadora, em luta por hegemonia, são obviamente tarefas e metas obrigatórias de nossa ação transformadora.

Mas as experiências históricas já acumuladas por diferentes povos do mundo, particularmente neste século, são suficientes para demonstrar que a democracia não é apenas algo que se conquista a partir do Estado.

A democracia precisa ser construída no dia-a-dia, na luta dos de baixo contra a dominação exercida pelos de cima, no cotidiano concreto das camadas populares, na briga pela sobrevivência e pelos direitos negados.

Conquiste-se um Estado democrático numa sociedade desorganizada, com os trabalhadores sem ferramentas políticas de intervenção, e em poucos anos o processo de transformações enfrentará os terríveis dilemas vividos por todas as experiências socialistas inauguradas até hoje: partido e administração em fusão promíscua, carência de quadros, distanciamentos entre bases e direções.

No caminho oposto, conquiste-se a democracia através de uma rica proliferação de organismos de poder popular permeando a sociedade, e as mudanças revolucionárias pretendidas contarão com todas as chances de êxito. E só por essa via o organismo do Estado se apresentará imunizado contra os principais vírus da degeneração: o autoritarismo, o burocratismo, o gigantismo e todas as moléstias do gênero.

Será esse o caminho trilhado pelo Brasil no Governo Lula.

Nele, a "comissão" referida por Dona Zulmira, onde ninguém botava o bedelho e só o povo mandava, será incentivada a espalhar-se pelo país, para controlar, fiscalizar e balizar a trajetória de todos os governantes.

COMO DEMOCRATIZAR

Depois de se apossarem da fortaleza do Estado, erguendo em volta dela uma muralha de autoritarismo, as elites brasileiras inventam uma nova cantilena: restringir a ação do Estado, reduzir suas funções, fazê-lo recolher-se a limites estreitamente vigiados...

"Estado mínimo", privatização, menos governo, pregam os porta-vozes de um neoliberalismo de fachada. Tão de fachada quanto a democracia que praticam desde a República Velha, com tráfico de influência, currais eleitorais e repressão quase ininterrupta sobre os trabalhadores.

No Brasil, a tutela militar, a manipulação e a exclusão do povo marcam as iniciativas das classes dominantes, sempre se antecipando à ação dos de baixo, para barrar-lhe os avanços, quebrar seus movimentos, anular suas conquistas e seus direitos legítimos.

A Frente Brasil Popular tem como primeiro compromisso de governo reorganizar em profundidade este Estado, que virou área privativa das classes dominantes, vorazes a ponto de rasparem o tacho dos fundos públicos, para desgraça de milhões de brasileiros cujas condições de vida se deterioram na razão direta da queda de investimentos em áreas sociais.

Não há Estado democrático se a administração pública está voltada, como no Brasil, para respaldar os interesses privados de minorias, e isso já ficou claro nos dois primeiros fascículos desta série, onde mostramos as espertezas da ciranda financeira e a mamata dos subsídios.

Tomado pela corrupção, comprometido por uma Justiça que preserva privilégios e protege interesses de grandes capitalistas, deformado por um sistema eleitoral que fraudava a representação proporcional no Congresso, este Estado impede a construção de uma democracia efetiva, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo.

Não precisamos de menos governo nem de menos Estado: queremos mais participação popular, sociedade livremente organizada, amplo acesso aos meios de comunicação de massa e o fim da marginalização política e econômica das grandes maiorias.

Contra o velho vício do autoritarismo, a Frente Brasil Popular prescreve o remédio da democratização radical do Estado e da sociedade. Não mudanças formais, mas uma série de medidas aperfeiçoadoras da chamada democracia representativa, com a valorização de novas formas de democracia direta. Chega de intermediários: que o povo alastre suas próprias formas de organização e poder, partilhando amplamente das responsabilidades do governo que elege.

Em lugar do chamamento aos quartéis, para "moderar", "pacificar" ou enfrentar o "inimigo interno", apelamos à consciência democrática da população, no sentido de que pressione para instituir no país a supremacia do poder civil, assim como a extensão da cidadania plena aos militares.

Não há Justiça que seja justa se o judiciário é anacrônico, centralizado e imune a qualquer controle que possa ser exercido pelos cidadãos. Se a Justiça usurpa sua base de legitimidade e se afasta do povo, cortejando os poderosos do momento, a impunidade corre solta e a corrupção vira rotina – tal como agora.

Nossas propostas são transparentes: vamos desmontar as máquinas de corrupção e favorecimento enquistadas no Estado. Vamos extinguir os cartórios

da iniciativa privada acobertados pelo Estado a título de subsídio. Vamos desprivatizar o espaço estatal, abrindo-o à visitação pública. E, para que se exerça efetivamente o papel da Justiça, é urgente aproximar tribunais e povo, promovendo a gratuidade dos serviços para os mais carentes e o barateamento das custas judiciais para o conjunto da população.

A aproximação entre o povo e os centros de poder, a participação direta, a transparência das instituições do Estado, a liberalização do judiciário, a democratização dos meios de comunicação de massa – tudo isso contribuirá para sacudir o aparelho de dominação que se espalha do Planalto até o mais distante município. É hora de descentralizar e de estimular a autonomia, abrindo campo para o exercício do poder local e da ampla participação popular. É urgente atacar a Bastilha do monopólio nas comunicações de massa, franqueando as ondas de rádio e TV também às entidades da sociedade civil, sindicatos, comunidades e organizações populares.

Ao "Estado mínimo" dos conservadores de ontem e de hoje, ao Estado que-tudo-pode dos totalitários de sempre, a Frente Brasil Popular opõe o Estado com democracia. Porque a democracia, para nós, não é formalidade passageira, nem dádiva dos de cima. É conquista fundamental, arrancada na luta contra o autoritarismo e os poderosos. Cabe transformá-la, promovê-la e introduzi-la em todos os poros da sociedade.

Desse modo, estaremos palmilhando o caminho de uma nova sociedade, imunizada contra o autoritarismo, o gigantismo e o burocratismo do Estado. Uma sociedade em que o povo seja senhor de seu destino. Mas isto já é tema para o fascículo que completará esta série.